



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

DEPUTADO ESTADUAL  
**NILTON  
FRANCO**  
FRANCO, SIMPLES E AMIGO!



OFÍCIO n.º 229/2024-GDNF

Palmas, 30 de abril de 2024.

A Sua Excelência o Senhor  
**ALDAIR COSTA GIPÃO**  
Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.  
NESTA.

**Assunto: Encaminhamento da Documentação Necessária da PL 312/2023.**

Senhor Deputado,

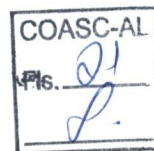
Em atendimento as diligências solicitadas referente a PL 312/2023, encaminho ao relator Aldair Costa Gipão com as devidas solicitações atendidas para o parecer do mesmo.

Contando com apoio e atendimento, registro a manifestação de consideração e apreço.

Atenciosamente,



**Rafael Damaceno Santos**  
Chefe de Gabinete  
Deputado Nilton Franco



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR**, na data do óbito registrado, registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **WELINGTON LUIS PAULETTI**

Inscrição: **0216 3393 1023**

Zona: 056

Seção: 0034

Município: 92355 - ARAGOIANIA

UF: GO

Data de nascimento: 24/09/1968

Domicílio desde: 03/04/2008

Filiação: - ELENIR MARIA PAULETTI  
- CASEMIRO PAULETTI

Certidão emitida às 10:32 em 01/04/2024



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.  
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**6SMU.EK1I.OLJB.CLT9**



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal

**ePol - SINIC**  
**Sistema Nacional de Informações Criminais**  
**Certidão de Antecedentes Criminais**



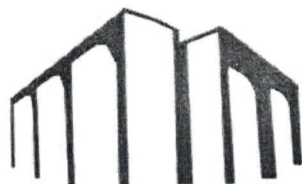
Nº 051358432024



A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **WELINGTON LUIS PAULETTI**, nacionalidade Brasil, filho(a) de CASEMIRO PAULETTI e ELENIR MARIA PAULETTI, nascido(a) aos 24/09/1968, natural de Goiânia-GO, CPF 243.936.732-04.

Esta certidão foi expedida em **01/04/2024** às **10:49** com base nos dados informados e somente será válida com apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão: 051358432024.



**PODER  
JUDICIÁRIO**  
ESTADO DO TOCANTINS



1ª INSTÂNCIA  
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO  
AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS

N. d1b48320

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

WELINGTON LUIS PAULETTI  
CPF n. 243.936.732-04

Certidão emitida em: 01/04/2024, às 10:43:35 (data e hora de Brasília)

**Observações:**

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento n.º 11/2019, Portaria n.º 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço [https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2\\_prod\\_1grau/externo\\_controlador.php?acao=cj\\_online&acao\\_origem=&acao\\_retorno=cj](https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj)
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento n.º 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 01/04/2024, 10:43:38





## Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

### Certidão Negativa

Certifico que nesta data (09/04/2024 às 12:06) **NÃO CONSTA** no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 243.936.732-04.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacaodcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6615.5978.7CF0.3192 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.png](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.png)



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA  
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS  
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão:

5584066



**IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:**

NOME

CPF: 243.936.732-04

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO -

FINALIDADE:

CADASTRO

**HISTÓRICO:**

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

**Fundamentação Legal -** Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

**Validade -** O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Segunda-feira, 1 de Abril de 2024 - 10h 36m 34s

Emitida Via INTERNET

**Atenção:**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão esta vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: WELINGTON LUIS PAULETTI**  
**CPF: 243.936.732-04 - Titular Falecido**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 07:49:40 do dia 26/04/2024 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 23/10/2024.

Código de controle da certidão: **3089.B2BB.7060.B498**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

DESPACHO

Encaminho ao Gabinete do(a) Senhor(a) Deputado(a) ..... *GIPAS* .....  
o (a) PL / *312* / 202*3*., que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e  
Redação.

Sala das Comissões, *06* de *Jun* ..... de 2024

*M. Valadares*  
**MARIA HELENA VALADARES DE SOUZA MELLO**  
Coordenadora de Apoio às Comissões  
(Em substituição)

Quem recebeu.....

Data Recebimento...../...../ 2024





**REFERÊNCIA:** Projeto de Lei nº 312/2023

**AUTOR:** Deputado **NILTON FRANCO**

**ASSUNTO:** Altera o nome do Posto Fiscal Duas Cabeceiras para denominar-se Posto Fiscal Welington Luis Pauletti, localizado na divisa do Estado de Goiás no município de Araguaçu – To.

**RELATOR:** Deputado **GIPÃO**

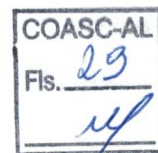
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER**

Vem a esta Comissão para exame e parecer o Projeto de Lei nº 312/2023, de autoria do Deputado NILTON FRANCO, que “Altera o nome do Posto fiscal Duas Cabeceiras para denominar-se Posto Fiscal Welington Luis Pauletti, localizado na divisa do Estado do Tocantins com o Estado de Goiás, no município de Araguaçu – TO”.

Afirma o Autor que Welington Luis Pauletti, o homenageado, era Agente de Fiscalização e Arrecadação da Secretaria de Estado da Fazenda, de carreira funcional impecável, falecido em 23 de maio de 2021 vítima de COVID-19, gerando grande comoção junto aos colegas do fisco estadual. “Gaúcho”, como era conhecido foi um colega destacado, atuante no fisco estadual, assim merecedor da homenagem em referência.

Compete a esta Comissão se pronunciar sobre a admissibilidade e mérito da proposição, considerando seus aspectos constitucional, legal, regimental, redacional, de técnica legislativa e registros públicos, de acordo com as determinações do art. 46, inciso I, alínea “a”, combinado com o inciso I, do artigo 73, do Regimento Interno.



Foi aprovado parecer baixando em diligência devido à falta de documentos, após comunicado o autor juntou todos os documentos necessários conforme a Lei nº 3.775, de 11 de janeiro de 2021, para que denomine o nome de bens públicos.

Ao examinar o pedido do nobre Deputado, conforme a Lei nº 3.775, de 11 de janeiro de 2021, percebe-se que no corpo da peça processual **contem toda documentação**, para que denonime o nome de bens públicos.

Assim, quanto ao exame da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não há óbice à livre tramitação da propositura, no entanto, com o objetivo de adequação do texto a técnica legislativa, proponho substitutivo.

Ante o exposto, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** da matéria, em conformidade com substitutivo ao Projeto de Lei nº **312/2023**, anexo ao presente Parecer.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 07 de maio de 2024.



Documento assinado digitalmente  
**ALDAIR DA COSTA SOUSA**  
Data: 12/08/2024 16:36:21-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Deputado GIPÃO**

Relator



## **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 312/2023**

Fica denominado Posto Fiscal Wellington Luis Pauletti, o Posto Fiscal Duas Cabeceiras, no Município de Araguaçu – TO.

### **A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS DECRETA:**

**Art. 1º** Fica denominado Posto Fiscal Wellington Luis Pauletti, o Posto Fiscal Duas Cabeceiras, no Município de Araguaçu – TO.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07 de maio de 2024.

gov.br

Documento assinado digitalmente  
ALDAIR DA COSTA SOUSA  
Data: 12/08/2024 16:29:50-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**Deputado GIPÃO**

Relator



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO



## DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a)..... Gipão..... referente ao(a) P.L. / 312 / 2024.

OBS:.....

Encaminhe-se(a) (ao) Comissão de Educação, Cultura e Desporto.....

Sala das Comissões, 07 de maio de 2024

Deputado **NILTON FRANCO**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

### MEMBROS EFETIVOS

Dep. GIPÃO( )	Dep. MOISEMAR MARINHO( )
Dep. CLAUDIA LELIS( )	Dep. VANDA MONTEIRO( )
Dep. CLEITON CARDOSO( )	Dep. VALDEMAR JÚNIOR( )
Dep. NILTON FRANCO( )	Dep. OLYNTHO NETO( )
Dep. PROF. JÚNIOR GEO( )	Dep. GUTIERRES TORQUATO( )

### MEMBROS SUPLENTE